

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48

**TRANSCRIÇÃO DA 64ª REUNIÃO  
ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE,  
REALIZADA NO DIA 06 DE  
DEZEMBRO DE 2005. PRESIDIDA  
PELO SR. SECRETÁRIO DO MEIO  
AMBIENTE – SR. LUIZ EDUARDO  
CHEIDA.**

O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Havendo o quorum mínimo de onze conselheiros damos início aos trabalhos. Esta presidência gostaria de saudar a todos os companheiros e declarar aberta a 64ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Quero dizer que recebemos duas correspondências, as duas da Liga Ambiental que colocaremos em discussão logo após. Antes gostaria de verificar com os conselheiros se há consenso com relação à pauta da última reunião no que tange a informação da nossa Secretária Executiva, que possamos tão logo a Ata da reunião passada chegue em nossas mãos submeteremos aos conselheiros e faremos ou não a leitura da mesma. Gostaria de saber se há algum conselheiro que tenha encaminhamento contrário. Se não houver passamos à leitura desta Ordem do Dia e sua discussão. Podemos considerar este o encaminhamento? Então vamos prosseguir. A Presidência recebe duas solicitações por escrito, endereçadas ao Presidente do Conselho de autoria do Conselheiro Tom Grando Coordenador institucional da Liga Ambiental. A primeira diz o seguinte: “Considerando a tramitação de licenciamento de novas grandes centrais hidrelétricas no Paraná, a Liga Ambiental na qualidade de representante da sociedade civil neste Conselho, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Bacias do Rio Tibagi e Comitê de Bacia do Alto Iguaçu requer que lhe seja concedido tempo regimental para apresentar informações a respeito desses processos imediatamente após a leitura da Ata da última reunião Ordinária. Assinado Tom Grando”. O conselheiro quer fazer uso da palavra e defender sua correspondência.

CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Gostaria de rapidamente fazer uma defesa quanto à importância do tema tratado, uma vez que talvez alguns conselheiros não entendam bem como está funcionando a questão do leilão ou da construção de novos empreendimentos hidrelétricos no Estado do Paraná que tem reflexo sobre a agricultura, sobre a indústria, sobre o uso da água, sobre a biodiversidade e sobre a sociedade paranaense como um todo. No dia 16 de dezembro possivelmente teremos um leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica de onde consta um empreendimento na Bacia do Rio Tibagi, denominado UH Mauá. Os conselheiros já devem ter visto nos jornais ou examinado algumas matérias relacionadas à polêmica desse licenciamento uma vez que se trata de (?) no Estado do Paraná, uma vez que os Estudos de Impacto Ambiental têm sido alvo de críticas não só por parte da Liga Ambiental, que apresentou 59 quesitos não tratados pelo Estudo, nenhum deles até agora apresentados pelo empreendedor – respondido pelo empreendedor ou pelo IAP. Como também pelo Ministério Público Federal, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá. Há também um certo contrassenso do ponto administrativo/executivo do Estado com relação à prioridade desses empreendimentos ou adequação desse empreendimento no contexto no qual nos encontramos. Sendo assim acho importante, gostaria de ter 5 a 10 minutos dentro do que o Regimento permitir, para apresentar em que estado as coisas

49 estão uma vez que hoje, dia seis, seria a data final para que se apresentasse a Licença  
50 Prévia para que esse empreendimento fosse a leilão dia dezesseis. Infelizmente o  
51 Ministério de Minas e Energia numa nova manobra, mudou novamente a data para  
52 apresentação dessa Licença Prévia que agora poderá ocorrer até dois dias apenas  
53 antes do leilão, numa Portaria emitida esta semana.

54 É um assunto muito importante e que não pode passar à margem da sociedade,  
55 muito menos à margem deste Conselho, Presidente. É o pleito da Liga Ambiental,  
56 muito obrigado.

57 O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Em discussão e em votação, se  
58 os Conselheiro concordam com a proposta de um tempo regimental de 5 a 10 minutos  
59 para a Liga Ambiental apresentar as suas considerações, após a leitura da Ata da  
60 reunião passada: APROVADA. Requerimento ao Plenário do Conselho endereçado ao  
61 Presidente onde solicita: “A Liga Ambiental vem por meio do presente requerimento  
62 solicitar que a pauta da 64ª Reunião seja invertida, considerando que os pontos  
63 relativos à votação de representantes do CEMA para os fóruns de Mudança  
64 Climáticas e Globais e de Biodiversidade relacionam-se a decretos de maio de 2005.  
65 A presente solicitação fundamenta-se no fato de que os demais pontos a serem  
66 tratados, quais sejam: Sistema Estadual de Unidades de Conservação, Controle Social  
67 do Fluxo Estadual de Meio Ambiente, composição de novas competências do CEMA  
68 e Câmara Temática em Espécies Exóticas e Invasoras precedem aqueles relacionados  
69 aos decretos de 2005, tendo sido propostos pela sociedade civil ainda nos anos de  
70 2003 e 2004. Assinado: Euclides S. Grandó Junior / Liga Ambiental”. Solicitaria  
71 antes de colocar em discussão e dar a palavra ao solicitante que fizéssemos a leitura  
72 da Ordem do Dia incluindo a discussão solicitada pela Liga Ambiental.

73 Passaremos então à Ordem do Dia: apreciação de proposta de minuta de  
74 resolução para a eleição dos representantes de entidades ambientalistas não  
75 governamentais para as cadeiras do CEMA; votação de representantes titular e  
76 suplente deste Conselho para compor o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas  
77 Globais conforme o Decreto 48/88 de 31 de maio de 2005, art. 2º item 3; votação de  
78 representante titular e suplente deste Conselho para compor o Fórum Paranaense de  
79 Biodiversidade e Biossegurança para COP -8 e Protocolo de Cartagena conforme  
80 Decreto nº 48/87 de 31 de maio de 2005, art. 2º item 3; autorização do andamento das  
81 Câmaras Temáticas relacionadas abaixo: 1ª) Sistema Nacional de Unidades de  
82 Conservação; 2ª) Controle Social dos Recursos do Fundo Estadual de Meio  
83 Ambiente; 3ª) Composição e novas competências do CEMA – do Conselho Estadual  
84 de Meio Ambiente; 4ª) Câmara Temática de Espécies Exóticas e Invasoras.

85 Esta é a nossa pauta, por fim, assuntos gerais e o encerramento desta reunião.  
86 Concedo a palavra ao solicitante do requerimento já lido, o Coordenador Institucional  
87 da Liga Ambiental – Tom Grandó para suas considerações.

88 O SR. TOM GRANDÓ (Liga Ambiental):- O pleito vem no sentido da nossa  
89 manifestação da última reunião, 63ª Reunião Ordinária, em que manifestamos certo  
90 descontentamento com relação à introdução de novos temas, de novas pautas sendo  
91 priorizadas com relação a pautas que estão sendo discutidas há mais de um ano. Um  
92 ano e meio, às vezes dois anos. Não deixando de reconhecer a importância dessa  
93 indicação e o atendimento ao Decreto Estadual, o fato é que possivelmente  
94 poderíamos ter tido uma reunião extraordinária para discutir essa questão que surgiu  
95 de forma extraordinária. O que não gostaria é de ver mais uma vez postergada as  
96 discussões relacionadas aos 4 temas dos quais fazemos parte, uma vez que, inclusive,

97 suspendi compromissos pessoais para aqui estar. Então a solicitação é de que  
98 simplesmente invertamos e demos prioridade ao que foi colocado em discussão já há  
99 um ano e meio atrás e não ao que entrou agora como uma necessidade de atendimento  
100 ao Decreto – sem deixar de reconhecer a importância nos últimos dois meses. Essa é a  
101 solicitação: para que demos prioridade aos temas que estão em pauta.

102 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Está em discussão a  
103 inversão da pauta, com a palavra o Conselheiro Erich.

104 O SR. CONSELHEIRO ERICH GOMES SCHAITZA (SEPL):- Um dos itens  
105 da pauta é apreciação de proposta de minuta da Resolução dos representantes das  
106 entidades ambientalistas. Marcamos na última reunião uma reunião, para amanhã,  
107 para finalizarmos essa minuta de Resolução que não estava 100% pronta. Talvez isso  
108 fosse um ponto que já poderia ficar para a 65ª Reunião Ordinária.

109 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Não havendo  
110 nenhum conselheiro que queira se manifestar, em votação a proposta requerida pela  
111 Liga Ambiental de se fazer a inversão da pauta: APROVADA por unanimidade a  
112 inversão da pauta. Começaremos então pelo 4º item: atualização do andamento das  
113 Câmaras Temáticas relacionadas à base. A primeira Câmara Temática do Sistema  
114 Estadual de Unidades de Conservação. Com a palavra por inscrição o Conselheiro  
115 Joel.

116 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- Uma  
117 questão de esclarecimento. O ( ? ) está fazendo uma retirada de pauta da minuta que  
118 foi retirada a apreciação da minuta da resolução?

119 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Desculpa, não entendi sua  
120 pergunta.

121 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- Está  
122 na pauta a apreciação da Minuta, mas vai ter uma reunião ainda para finalizar o  
123 trabalho. Então está retirado da pauta?

124 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A Presidência pede  
125 desculpa aos Conselheiros e também entende dessa maneira: deveria ter sido  
126 encaminhado simplesmente a retirada desse item de pauta visto que não há, ainda,  
127 uma proposta de Minuta. Então por questões óbvias, antes de encaminhar a discussão  
128 do primeiro item da pauta, retrocede em votação apenas para referendo, a retirada do  
129 primeiro item da pauta e sua transferência para a 65ª Reunião do Conselho, em  
130 discussão, em votação: APROVADO e transferido esse primeiro item da pauta para a  
131 65ª Reunião Ordinária. Os demais itens permanecem por votação já feita.

132 O SR. CONSELHEIRO ELEUTÉRIO LANGOWSKI (Apromac):- Gostaria  
133 de aproveitar o momento e indicar o substituto do meu nome porque não poderei estar  
134 presente nessa Câmara Temática, gostaria de indicar a Conselheira Laura para fazer  
135 parte da Câmara Temática daqui para frente. Já aproveitando que essa Câmara  
136 Temática vai se reunir para discutir isso. A Apromac continua fazendo parte da  
137 Câmara Temática, apenas que a Apromac indica a Laura como representante.

138 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Acredito não haver  
139 óbice nenhum e solicito ao Conselheiro Erich que anote a solicitação e sendo então  
140 feita a substituição da representação da Apromac pela Conselheira Laura Jesus para a  
141 Câmara Temática.

142 A Presidência vai colocar em discussão o Sistema Estadual de Unidades de  
143 Conservação. Recebe por parte da Procuradora do Estado Ana Cláudia Graff uma  
144 solicitação de leitura de uma correspondência antes de colocarmos em discussão.

145 Passo a ler: “Curitiba, 25 de novembro de 2005, Sr. Presidente: Consta da pauta  
146 encaminhada aos Conselheiros quando da convocação para a 63ª Reunião Ordinária  
147 do CEMA a realizar-se no dia 29, próximo, um documento intitulado – Relatório  
148 Final da Câmara Temática do SEUC. Acompanhado de uma Minuta de um  
149 anteprojeto de lei a respeito do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Como  
150 integrante da referida Câmara Temática causou-me estranheza o fato de tal  
151 documento não estar subscrito por qualquer de seus integrantes. Tem o presente,  
152 portanto, o sentido de ressaltar que o conteúdo do Relatório que a Minuta de  
153 Anteprojeto de Lei que o acompanha, não reflete o posicionamento da Procuradoria  
154 Geral do Estado sobre o assunto. Solicito, dessa forma, a leitura desse Ofício durante  
155 a 63ª Reunião do CEMA de modo a que seu inteiro teor passe a constar da Ata  
156 respectiva. Atenciosamente, Ana Cláudia Graff – Procuradora do Estado e membro  
157 suplente do CEMA”.

158 Naturalmente este Ofício não foi lido porque o ponto de pauta foi remetido a  
159 esta reunião. Então apesar das datas não serem exatamente as mesmas, estamos  
160 fazendo esta leitura neste momento. A presidência indaga dos componentes da  
161 Câmara do SEUC quem poderia fazer o relato da finalização dos trabalhos? O relator  
162 dessa Câmara é o Conselheiro Euclides Grandó Junior.

163 O SR. CONSELHEIRO EUCLIDES GRANDÓ JUNIOR (Liga Ambiental):-  
164 Tom Grandó, da Liga Ambiental. Antes de mais nada é indispensável que a gente faça  
165 um esclarecimento ou um comentário com relação ao Ofício remetido pela  
166 Procuradoria Geral do Estado. Dizer que não nos surpreendemos, em absoluto, com  
167 relação a esse posicionamento, uma vez que quando a Liga Ambiental como tem  
168 sempre feito apresentou ao Plenário uma Minuta de Resolução tratando de um  
169 Sistema Estadual de Unidades de Conservação prontamente a Dra. Ana Cláudia se  
170 manifestou contra e podemos resgatar isso das gravações da reunião em que  
171 apresentamos a Minuta contra o tratamento dessa questão aqui, no Plenário, inclusive  
172 comentando que não caberia sequer ao estado do Paraná se submeter ao Sistema  
173 Nacional de Unidades de Conservação. É lógico que esse parecer pode ser passível de  
174 debates jurídicos infundáveis. Mas, por uma questão de bom-senso até de quem não é  
175 jurista ou advogado, sabemos que vivemos numa federação e não nos resta outra  
176 alternativa senão, minimamente, nos submetermos ao ordenamento jurídico federal.  
177 Então, no nosso entender da Liga Ambiental estaríamos, sim, submetidos ao Sistema  
178 Nacional de Unidades de Conservação. Independente disso conseguimos até com  
179 base no espírito democrático do Presidente do Conselho, Secretário Cheida, fazer  
180 com que esse Sistema que é o Sistema Estadual de Unidades de Conservação viesse a  
181 compor, não fosse votado da forma como gostaríamos, né, na Minuta que  
182 apresentamos, mas viesse a compor mais uma Câmara Temática para que fosse  
183 discutido e apresentado na forma de resolução. Aqui vou pegar os documentos  
184 oficiais que constam ou que foram disponibilizados pela Secretaria Executiva, para  
185 resgatar um pouco dessa história e entender como estão funcionando as Câmaras  
186 Temáticas e porque estão suscitando tantos questionamentos. Inclusive recorrendo,  
187 aqui, aos debates que tivemos sobre a Câmara Temática de Resíduos Sólidos onde o  
188 relatório final sofreu questionamentos nossos, mesmos, sobre a legitimidade ou sobre  
189 a legalidade do teor do relatório final apresentado. Existe uma diferença substancial  
190 nesse caso: todos os atos dessa Câmara Temática estão registrados na forma de Ata,  
191 manuscritas de meu próprio punho, e assinadas embaixo. É importante que se diga  
192 que todas as reuniões marcadas e aqui vou relatar quais foram, nas quais a

193 convocação foi feita por escrito pelo ex-Secretário Executivo Álvaro Marques, a Dra.  
194 Ana Cláudia Bento Graff não compareceu a nenhuma. Então não é de se estranhar  
195 que ela não concorde com o teor final. Pergunto aos conselheiros se isso não é uma  
196 estratégia honesta ou responsável quando não se quer discutir algum tema. Pois  
197 bastaria: ou enviarmos um requerimento no início da reunião pedindo para que o tema  
198 saísse de pauta ou que nós, simplesmente, não comparecêssemos a nenhuma das  
199 reuniões convocadas e depois viéssemos a nos apresentar como não ouvidos e não  
200 ditos. E daí poderíamos esvaziar qualquer deliberação em qualquer Câmara Temática.  
201 Acho que isso não é responsável e nem honesto.

202 De qualquer maneira digo que no dia 03 de 03 de 2004, o Sr. Joel Carlos  
203 Sarnick, Álvaro Aparecido Marques, Dra. Ana Cláudia Graff, Wilson Loureiro e eu  
204 mesmo estivemos aqui, na Secretaria, debatendo o tema. Depois disso no dia 9 de  
205 março de 2004 – o senhor Joel Carlos Sarnick, o Sr. Jackson (?), eu mesmo, Wilson  
206 Loureiro, Paulo Pizzi e Espartano Fonseca subscrevem outra Ata de debate  
207 relacionada à Minuta apresentada. E houve outra reunião no dia 16 de março onde  
208 estiveram presentes o Joel Carlos Sarnick, Euclides Tom Grando, Giseli Bolzani que  
209 era uma técnica designada pelo IAP para conduzir os debates, Wilson Loureiro e  
210 Espartano Fonseca presenciaram uma outra reunião e subscreveram também a Ata.  
211 Finalmente no dia 24 de março: Wilson Loureiro, Euclides Tom Grando, Espartano  
212 Fonseca, Arnaldo Muler, Giseli Bolzani participaram de outra reunião que acabou  
213 sendo um conjunto de reuniões preparatórias, Sr. Presidente, para que nada menos do  
214 que 40 instituições participassem de um evento organizado por esse relator em  
215 conjunto com a Diretoria de Biodiversidade de Áreas Protegidas através do Sr.  
216 Wilson Loureiro, 40 pessoas que estiveram no ex-Parque Castelo Branco, 40  
217 instituições que participaram da discussão dessa Minuta. Inclusive contando com a  
218 presença da Dra. Ana Cláudia Bento Graff.

219 Não vou me estender porque para nós está muito claro qual é o tipo de postura  
220 que a Procuradoria assumiu neste caso. Mas o que lamento é que no dia 29 de abril, a  
221 Dra. Ana Cláudia subscreva – está aqui a assinatura dela original, o relatório parcial  
222 dessa Câmara Temática, que então solicitava na 60ª Assembleia Geral Ordinária do  
223 CEMA a postergação da entrega do Relatório final um prazo adicional de mais 45  
224 dias. Esse prazo foi concedido e pouco mais de 45 dias depois foi realizada a 61ª  
225 Reunião Ordinária do Conselho. E aqui vou ter que ler a Ata dessa reunião onde foi  
226 apresentado o Relatório final, também na presença da Dra. Ana Cláudia Bento Graff e  
227 acho que mais do que a assinatura e a presença da própria Procuradora não posso  
228 fazê-lo. E digo de antemão: não me preocupo sequer com o fato de ser questionado  
229 nesse Relatório final porque estou tranquilo na minha consciência e com a condução  
230 dessa Câmara Temática e me preocupo com o destino deste Conselho se esse tipo de  
231 prática for recorrente.

232 Então se o Sr. Presidente e Secretário quiser ler está entre a linha 159 e a linha  
233 194, senão eu mesmo posso fazer a leitura.

234 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Pediria que o  
235 Relator fizesse a leitura.

236 O SR. CONSELHEIRO EUCLIDES TOM GRANDO (Liga Ambiental):- “O  
237 Secretário Executivo do CEMA passa a palavra ao Relator da Câmara Temática do  
238 Sistema Estadual de Unidades de Conservação, o Sr. Euclides Grando Junior da Liga  
239 Ambiental, diz que irá fazer a leitura dos procedimentos adotados por esta Câmara  
240 Temática para chegar ao produto final deste trabalho que é onde o projeto de lei será

241 submetido à Assembleia Legislativa. A Câmara Temática do Sistema Estadual de  
242 Unidades de Conservação foi criada na 59ª Assembleia Ordinária do Conselho,  
243 desenvolveu seu trabalho durante seis reuniões realizadas entre fevereiro e julho de  
244 2004. Considerando o anteprojeto de lei já desenvolvido por técnicos do IAP, a  
245 Câmara Temática adotou como método de trabalho a análise a aprimoramento do  
246 referido anteprojeto. Para tanto além de apurada a análise realizada pelos  
247 componentes da Câmara definiu-se pela realização de um Encontro realizado no dia  
248 16 último. (16 de agosto) A Câmara Temática buscou adequar os procedimentos de  
249 trabalho de modo a obter a efetiva participação das instituições no processo de análise  
250 e apresentação de contribuições pelas mesmas. Desta forma foram recolhidas as  
251 sugestões de adequações de documentos formulados por 20 representantes  
252 institucionais, os quais formalizaram sua participação por meio de documentação  
253 escrita ou por meio eletrônico”. Essa documentação está nesta pasta aqui, inclusive  
254 com ofícios timbrados das instituições convidadas, foram 40. “A Câmara Temática  
255 constituída inicialmente por cinco membros do Conselho e resolveu como método de  
256 trabalho recolher sugestões de outras 20 instituições que estavam no Seminário que  
257 foi organizado nesse meio tempo. Na última reunião ordinária do CEMA a Câmara  
258 Temática apresentou os resultados dos procedimentos supracitados e solicitou que os  
259 membros do Conselho concedessem um prazo adicional de 45 dias (conforme  
260 mencionamos há pouco) para que na presente Assembleia Geral Ordinária se  
261 apresentasse o relatório final. Constando o Projeto de Lei voltado à definição da  
262 política de manutenção, implantação e gestão das unidades de conservação no Estado  
263 do Paraná, em cumprimento ao estabelecido naquela reunião. A Câmara Temática  
264 submete ao Conselho o presente anteprojeto de lei para a criação do Sistema Estadual  
265 de Unidades de Conservação cuja organização e manutenção já figuram na Lei 10.066  
266 de 1992, art. 6º inciso 8º como um dos objetivos do IAP. Assim considerando já  
267 transcorrido o período de 12 anos desde a concepção inicial do SEUC Paraná (12  
268 anos, esse Sistema foi previsto em 92). A Câmara Temática para elaboração do  
269 Sistema Estadual de Unidades de Conservação entende como pertinente e oportuno o  
270 encaminhamento do anteprojeto apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do  
271 Paraná para que dentro dos dispositivos neles previstos, sejam efetivadas as políticas  
272 de conservação da biodiversidade no âmbito do Estado do Paraná”.

273 Senhores, a leitura desta Ata, a revisão dos procedimentos dessa Câmara Temática e  
274 dos documentos que não estão aqui incluídos, são documentos desse evento realizado  
275 em 16 de agosto de 2004, não deixa dúvidas sobre a legitimidade e sobre a adequação  
276 desse documento e também não deixa dúvidas sobre a participação da Dra. Ana  
277 Cláudia Bento Graff na submissão desse documento ao Plenário. A Liga Ambiental  
278 está predisposta a prestar outros esclarecimentos e a debater, inclusive, aquele  
279 anteprojeto que já surgiu de uma larga e atípica discussão entre as instituições e se  
280 isso não acontecer agora ou não acontecer nas próximas reuniões, certamente quem  
281 perderá é o Estado do Paraná. Obrigado.

282 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Esta Presidência  
283 agradece e abre a palavra aos conselheiros para a discussão do relatório final da  
284 Câmara Temática do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Conselheiro  
285 Paulo Pizzi e em seguida o Conselheiro Carlos. Só lembrando que dentre os 4  
286 membros da Câmara Temática só temos aqui o Conselheiro Relator, Tom Grando. Os  
287 demais: Espartano, Arnaldo e Ana Cláudia estão ausentes.

288 O SR. CONSELHEIRO PAULO PIZZI (Mater Natura):- Minhas colocações

289 são mais de 3 propostas de inserção. Ali no art. 3º, não sei a alínea, onde começa:  
290 “Proteger no âmbito regional as espécies endêmicas”, eu sugeriria a palavra raras e as  
291 ameaçadas, acrescenta a palavra “raras”.

292 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Conselheiro Paulo  
293 só para esclarecer: é no Capítulo II, art. 3º. Vamos fazer as propostas em forma de  
294 destaque para o Relator poder anotar.

295 O SR. CONSELHEIRO PAULO PIZZI (Mater Natura):- Então deixo para  
296 mais tarde as inserções. Concordo.

297 O SR. CONSELHEIRO CARLOS JOSÉ ZIMMER (FEEB):- Gostaria se  
298 pudesse ter acesso a essa correspondência da Dra. Ana ou ser lida novamente, ou, de  
299 repente, até distribuir uma cópia para todos. Poderia ler novamente?

300 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Algum Conselheiro  
301 se posiciona contrário? ( Não! ) Vamos então reler a correspondência da Dra. Ana  
302 Cláudia Graff, do dia 25 de novembro de 2005, Ofício 29/05 da Procuradoria Geral  
303 do Estado:

304 “Sr. Presidente: Consta da pasta encaminhada aos Conselheiros quando da  
305 convocação para a 63ª Reunião Ordinária do CEMA a realizar-se no dia 29, próximo,  
306 um documento intitulado – Relatório Final da Câmara Temática do SEUC.  
307 Acompanhado de uma Minuta de um anteprojeto de lei a respeito do Sistema  
308 Estadual de Unidades de Conservação. Como integrante da referida Câmara Temática  
309 causou-me estranheza o fato de tal documento não estar subscrito por qualquer de  
310 seus integrantes. Tem o presente, portanto, o sentido de ressaltar que o conteúdo do  
311 Relatório que a Minuta de Anteprojeto de Lei que o acompanha, não reflete o  
312 posicionamento da Procuradoria Geral do Estado sobre o assunto. Solicito, dessa  
313 forma, a leitura desse Ofício durante a 63ª Reunião do CEMA de modo a que seu  
314 inteiro teor passe a constar da Ata respectiva. Atenciosamente, Ana Cláudia Graff –  
315 Procuradora do Estado e membro suplente do CEMA”. Esta correspondência está  
316 protocolada no dia 28. Portanto, como a pauta também foi remetido esse item para a  
317 reunião de hoje é que estamos procedendo a reunião somente hoje. Conselheiro  
318 Carlos, declina. Conselheiro Joel.

319 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLO SARNICH (Fundação Cretã):- Só um  
320 esclarecimento, me parece que no teor do Ofício ela requer que seja constado em Ata.  
321 Esse requerimento não sei, senão me falhe a memória, o simples fato de requerer para  
322 constar em Ata está tudo bem?

323 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Ela diz que não  
324 está subscrito.

325 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- É isso  
326 mesmo Sr. Presidente: só o simples fato de requerer que conste em Ata só isso já é  
327 suficiente? Não há necessidade de votação desse pleito?

328 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- É um requerimento  
329 como qualquer outro, vai ser submetido à votação.

330 O SR. CONSELHEIRO TADEU MOTTA (SJP):- Inicialmente uma  
331 retificação, Sr. Presidente. Foi colocado que o Conselheiro representante era o  
332 Espartano. Ele participava da Câmara Temática representando os municípios à época,  
333 atualmente o representante sou eu. Então não está ausente a representação, está  
334 ausente o ex-conselheiro Espartano Tadeu da Fonseca que era o representante dos  
335 municípios. E segundo ponto só queria colocar que li atentamente toda a proposta da  
336 Câmara Temática e gostaria simplesmente colocar que participei desde 1996 dos

337 primeiros trabalhos de elaboração desse documento, não vejo uma diferença  
338 substancial, vejo que é um documento essencial para o Estado do Paraná. Há  
339 necessidade de se instituir, sim, sistemas estaduais e inclusive municipais de unidades  
340 de conservação. E não vejo uma discussão maior que deva ser feita em cima disso a  
341 respeito da questão jurídica. É um documento que deve ser elaborado, sim, está  
342 revisto na Lei do SNUC que os Estados podem elaborar seus sistemas e os municípios  
343 também podem. Não vejo porque discutirmos o mérito jurídico disso aí.

344 A SRA. CONSELHEIRA LAURA JESUS M. COSTA (CEDEA):- Queria  
345 fazer um registro na confiança do pessoal que elaborou, que é um pessoal responsável  
346 e tem condições de fazer a melhor proposta possível. Agora, gostaria de fazer uma  
347 observação: a Dra. Ana Graff não colocou aí no que que divergi, ela só diz que está  
348 diferente, que não confere. Ela não diz o que está diferente! É uma pena que ela não  
349 está aqui hoje, mas vemos uma dificuldade na Comissão que estava discutindo o  
350 cadastro das ONG's a dificuldade era com a presença da Dra. Ana Graff. E pelo relato  
351 que o Tom fez ela não esteve nas reuniões. É complicado quando o Conselheiro  
352 assume aquela tarefa e não pode cumprir. Isso também teria que considerar aqui: é  
353 importante a pessoa estar presente e dar sua contribuição.

354 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra o  
355 Conselheiro Gava.

356 O SR. CONSELHEIRO ROBERTO GAVA (FIEP):- Quero fazer a seguinte  
357 consideração que ao votarmos essa proposta da forma que está, estamos perdendo  
358 uma oportunidade gigantesca para dar um exemplo para o Brasil de que propriedade  
359 privada quando cobijada para ser transformada em unidade de conservação, ela deve  
360 ser inicialmente remunerada. Aqui no art. 30 em seu § 1º copia praticamente a Lei do  
361 SNUC que tem essa distorção terrível e resultando numa dificuldade também terrível  
362 para a criação das unidades de conservação que estamos vivendo aí há quase dois  
363 anos. Por quê? Porque a propriedade privada que ela foi escolhida pelo Ministério do  
364 Meio Ambiente, porque hoje e cada vez mais ela é uma raridade no nosso contexto.  
365 Uma propriedade que tenha um ecossistema o mais perfeito possível. E nós todos  
366 precisamos fazer um esforço muito grande para que esse ecossistema ou esses  
367 ecossistemas sejam preservados através da criação de unidades de conservação. Mas,  
368 primeiro temos que premiar o herói que preservou e não castigá-lo como tem  
369 acontecido. De modo que, com isso, peço a retirada de pauta da discussão para que  
370 possamos encontrar uma maneira de sermos criativos e dar um exemplo para a Lei do  
371 SNUC nacional que lá, também, precisamos fazer a modificação. Não é possível  
372 continuar essa forma que está que é um desestímulo para a preservação ambiental. Da  
373 forma que está é um estímulo para que aquele que até hoje preservou coloque tudo no  
374 chão para a tristeza de todos nós. Era isso.

375 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A Presidência recebe  
376 uma solicitação de retirada de pauta e indaga ao Conselheiro Gava por quantas  
377 reuniões, por quanto tempo, para qual efeito? Se for retirada de pauta de que forma  
378 ela continuará sendo debatida: no Conselho, nas representações? Como seria sua  
379 proposta?

380 O SR. CONSELHEIRO ROBERTO GAVA (FIEP):- Vou formular então. Mas  
381 da minha parte espero que isso seja feito o mais rápido possível.

382 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Esta Presidência,  
383 então, aguarda uma solicitação mais detalhada por parte do Conselheiro Gava. Com a  
384 palavra o Conselheiro Joel.

385 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- Eu  
386 concordo com o Roberto Gava que os demais devam ser premiados, senão não tem  
387 sentido preservar e tem a questão aí do genocídio da araucária e tudo mais e a gente  
388 sabe como que as pessoas agem. Mas acompanhei algumas reuniões dessa Câmara e  
389 da mesma forma que atuei na Câmara de Resíduos e votei pelo trabalho que  
390 acompanhei, pelas colocações iniciais dessa Câmara e pela seriedade de quem  
391 compôs essa Câmara eu não gostaria e sou contra a retirada de pauta. Porque acho  
392 que devemos avançar. Se for necessário emendar essa artigo, nós emendaremos, mas,  
393 votaremos.

394 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra o  
395 Conselheiro Harry.

396 O SR. CONSELHEIRO HARRY LUIZ TELES (IAP):- Tenho uma  
397 preocupação com relação a esse tema quando escutei a leitura do Ofício da Dra. Ana  
398 Graff da PGE, no seguinte sentido. É sabido que toda e qualquer proposta de uma  
399 nova legislação – seja decreto ou até mesmo uma lei, vá passar obrigatoriamente pela  
400 análise da Procuradoria Geral do Estado. Se já agora a representante da PGE  
401 questiona e põe em questionamento que até prova em contrário, não está  
402 concordando com o encaminhamento dado, teríamos um desgaste muito grande neste  
403 Conselho levar adiante essa proposta e termos, pelo menos, um posicionamento o  
404 mais próximo possível, principalmente com quem mais tarde vá ter em mãos o poder  
405 e poderá colocar abaixo todo o trabalho feito pela Câmara Técnica.  
406 Então, Sr. Presidente, deixo essa preocupação se não seria prudente e respeitando toda  
407 a ação do Conselheiro Tom Grando, de todo o trabalho feito, das considerações que  
408 ele fez na ausência da Dra. Graff, mas se não seria o caso, realmente, de tentar chegar  
409 a um consenso.

410 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra o  
411 Conselheiro Carlos.

412 O SR. CONSELHEIRO CARLOS JOSÉ ZIMMER (FEEB):- O resultado  
413 dessa Câmara Temática se está aqui é porque foi votado, não precisa ser por  
414 unanimidade na Câmara, veio para cá e o Plenário tem o poder de retirar ou aprovar.  
415 Mas a tramitação disso aqui pelo que me consta é um projeto que o Executivo vai  
416 apresentar na Assembleia Legislativa e que lá vai sofrer todas as emendas possíveis.  
417 Nossa posição é no sentido de que aprovemos o resultado desse trabalho, mesmo  
418 porque está toda documentada a participação e as possíveis emendas e as  
419 discordâncias que porventura a Procuradoria tenha, ela apresente no momento  
420 oportuno. Nossa posição é pela aprovação do material apresentado pela Comissão.

421 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Em primeiro lugar  
422 gostaria de fazer uma solicitação para que o Conselheiro Roberto Gava mostrasse o  
423 artigo do Regimento Interno do Conselho em que ele fundamenta a solicitação de  
424 retirada de pauta. Isso é necessário porque precisamos adotar os procedimentos  
425 regimentais aqui. Em segundo lugar gostaria de me dirigir ao Presidente do IAP, Sr.  
426 Harry Teles, para mencionar que esse tipo de estratégia da Procuradoria Geral do  
427 Estado já foi adotada em outras ocasiões. Toda vez que a Procuradoria Geral do  
428 Estado não concordar ideologicamente ou tecnicamente e, neste caso, é  
429 ideologicamente, então alguma proposição do Conselho passará não se apresentar no  
430 Conselho Estadual do Meio Ambiente e simplesmente mandaram um requerimento  
431 para retirada de pauta ou considerando a não anuência com relação ao conteúdo. Aí  
432 recairemos no mesmo fim, ou seja, o poder de veto estará estabelecido para a

433 Procuradoria Geral do Estado e isso é perigoso para os órgãos ambientais, para a  
434 sociedade civil, pelas representações de classe. Isso já é uma estratégia recorrente e  
435 como mencionei aqui, ela não discorda. Porque se o discordasse na 61ª Reunião teria  
436 se manifestado e não se manifestou, aceitou a apresentação do anteprojeto. Isso é uma  
437 manobra e não me preocupo com isso, mas é uma manobra primária e que ofende a  
438 autonomia deste Conselho que como bem disse o Conselheiro Carlos, apenas propõe  
439 no anteprojeto para que passe pelo crivo da Assembleia Legislativa onde estão os  
440 representantes da sociedade civil, os representantes setoriais e aqui não há distorção  
441 nenhuma Sr. Roberto Gava. Participei da regulamentação do Sistema Nacional de  
442 Unidades de Conservação e fui eu num grupo em Brasília que propusemos o  
443 dispositivo da audiência pública que até então não existia. E a audiência pública é  
444 justamente o momento em que a sociedade civil e os proprietários privados podem  
445 interferir no processo de criação. O que o senhor está falando para nós é que a partir  
446 de hoje o Brasil não precisa mais ter áreas públicas protegidas. É exatamente isso que  
447 o senhor está dizendo e com isso não podemos concordar, até porque a  
448 regulamentação da Lei, o dispositivo ou o instituto da audiência pública foi criado  
449 justamente visando dar mais segurança para os proprietários e o senhor sabe que meu  
450 pai é um grande proprietário de floresta de araucária e gostaria de ver desapropriadas,  
451 inclusive, pela falta de cuidado dele e de outros madeireiros que nem sempre são  
452 conscientes.

453 Podemos até perpetuar e perpetrar esse ato. Mas a partir de agora basta  
454 ficarmos em casa tomando cafezinho e não teremos o que fazer. Esse tipo de postura  
455 esvazia esse Conselho mais do que já está esvaziado. Isso é uma ofensa a este  
456 Conselho e uma mentira o que está sendo propugnado aqui. Espero que isso esteja  
457 gravado e transcrito em Ata. Obrigada.

458 A SRA. CONSELHEIRA LAURA JESUS M. COSTA (CEDEA):- Queria  
459 fazer duas observações: estive na Assembleia Legislativa no dia em que estava em  
460 discussão as unidades de conservação, como também estive na escolinha do  
461 governador quando também teve apresentação da discussão lá da proposta e tal. O  
462 que se observe é que realmente se cria uma cultura da destruição e isso incitou várias  
463 vezes de que criar uma unidade de conservação é uma punição e não um prêmio, e  
464 isso é uma cultura invertida no processo de formação de uma nova consciência, de  
465 novos valores, isso é uma inversão de valores. Acho que precisaria ser intensificada  
466 uma campanha de criar uma unidade de conservação é, realmente, um prêmio. Ouvi  
467 isso de vários deputados essa colocação. Acho que não dá para cairmos nessa questão.  
468 Agora, o que ficou claro e pelo menos o que entendi é que se as unidades de  
469 conservação teriam indenizações, precisava saber isso. Tendo a indenização ele já não  
470 está sendo totalmente punido como querem considerar. Além dele ter o prêmio de que  
471 sua área fique preservada já que ele preservou por esse tempo, ele também teria a  
472 respectiva indenização. Novamente volto a colocar: acho que o Conselho tem que  
473 levar mais a sério a questão das presenças e participações. É muito complicado ficar  
474 decidindo com a ausência de uma pessoa que sequer participou das reuniões da  
475 respectiva Câmara Técnica. Tem que comunicar isso. Temos que avançar no que é  
476 melhor para o Estado, no que é melhor para a preservação. Como acho também uma  
477 grande contradição e já falamos isso, quando a gente incentiva a preservação da  
478 unidade de conservação, de repente vem uma bomba que é a construção de uma  
479 hidrelétrica. Há uma contradição. Por isso que a política ambiental do Estado tinha  
480 que ter um eixo de princípios, de prioridade para definir essa política. Então tem que

481 pensar seriamente nisso e o ideal é que defina-se uma linha, um eixo desse princípio  
482 da política ambiental que nos direcione na tomada de decisões. É assim que vamos  
483 conseguir ter consenso, não ser contraditório nas decisões.

484 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra o  
485 Conselheiro Joel.

486 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- Só  
487 para ressaltar e reforçar a minha opinião porque não gostaria de ter, aqui, novamente,  
488 toda aquela situação que foi criada na Câmara de Resíduos. Isso não é como forma de  
489 estar apoiando meu amigo Tom, não é isso, mas acho que temos de respeitar o  
490 trabalho das Câmaras Temáticas, há que se respeitar as pessoas que abnegadas  
491 estiveram nas reuniões. Presenciei algumas das reuniões iniciais, os trabalhos estavam  
492 sendo muito bem encaminhados, não pude infelizmente participar do restante. Já fiz a  
493 leitura do trabalho e concordo com o Gava de que os “heróis” devam ser premiados,  
494 mas a votação dessa matéria deve se feita nesta Reunião, neste dia.

495 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra o  
496 Conselheiro Tourinho.

497 O SR. CONSELHEIRO LUIZ ANSELMO TOURINHO (FAEP):- Acho que já  
498 estamos cansados de discutir no nosso Conselho proposições que vão e que voltam,  
499 vão e voltam e nunca tomamos uma decisão com relação a essas coisas. Concordo  
500 com você, Gava, que deveria se premiar aqueles que preservaram. Mas vimos que isto  
501 não aconteceu no SNUC e acho que brigar por isso aqui, agora, este não é o momento  
502 para isso. Talvez quando esse projeto for para a Assembleia Legislativa lá seria o  
503 momento de discutir e brigar para que aqueles que preservaram sejam premiados. Só  
504 que lendo toda a proposta e até conversei com o Pizzi aqui e ele disse que não  
505 precisava, que isso está na lei federal, mas acho que não custa nada ressaltar aqui e  
506 colocar, talvez, um artigo entre o § 1º e o § 2º do art. 25, colocar um novo § que fale a  
507 para a criação dessas unidades de conservação estaduais tenha que se ter audiência  
508 pública. E isso não está em nenhum ponto desse trabalho aqui. Proponho então que  
509 entre o § 1º e o § 2º que as propostas para a criação de unidades de conservação  
510 devem passar pelo crivo da sociedade através de audiências públicas tantas quantas  
511 forem necessárias. Amplamente divulgadas! Por mãos que já se tenha na lei federal  
512 acho que devemos colocar.

513 Outra coisa com relação ao que a Laura falou que se criou a cultura da  
514 destruição quando se divulgou as unidades de conservação nacionais. Não concordo  
515 com isso. Até porque se tivesse criado a cultura da destruição não se teria essas áreas  
516 que o Ministério quer como unidades de conservação. Simplesmente estão lá porque  
517 foram conservadas. E com relação às indenizações o que inicialmente se comentou  
518 sobre as indenizações é que não iam ser com preço de mercado e por isso houve as  
519 discussões. Hoje já se fala em preço de mercado. Aí as indenizações sendo feitas por  
520 preço de mercado, tudo bem. É bom saber que as unidades de conservação quando  
521 forem propostas é bom ter propostas claras de indenização e não venho aqui discutir  
522 isso. Não proponho que saia de pauta, acho que deve continuar na pauta sim.

523 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Conselheiro Gava.

524 O SR. CONSELHEIRO ROBERTO GAVA (FIEP):- Talvez eu precise corrigir  
525 um pouco minha colocação, porque deu a entender principalmente para o Tom que a  
526 FIEP é contra as unidades de conservação. Pelo contrário. A FIEP é favorável, é a  
527 primeira da fila favorável às unidades de conservação. Mas é a primeira da fila a  
528 querer indenização até prévia do patrimônio que está ali. Começa com um erro na Lei

529 SNUC que fala em indenização até a preço de mercado, indenização da terra. Não é a  
530 terra que o Ministério do Meio Ambiente e nós, sociedade, queremos como  
531 preservação. Queremos o ecossistema inteiro, queremos o papagaio, o periquito, o  
532 pica-pau, a cobra e no final nós, também. Não queremos terra de soja para unidade de  
533 conservação. Queremos o ecossistema o mais puro possível e é isso que a Lei do  
534 SNUC não prevê em hipótese nenhuma indenização. Então essa resolução que vai se  
535 transformar em um projeto de lei seja criativa para inverter totalmente esse processo,  
536 o processo que está hoje aí implantado, repetindo, ele é temeroso, ameaçador para  
537 quem tem uma área preservada. É para isso que peço a retirada de pauta para poder  
538 construir algo criativo que o Paraná tem sido seguidamente e pode aproveitar essa  
539 oportunidade para ensinar o legislativo federal a alteração que precisa ser introduzida  
540 no SNUC, com esse objetivo.

541 O artigo que me lastreio é o artigo 9º do Regimento Interno. Obrigado.

542 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Agradeço e o  
543 Conselheiro Gava responde ao Conselheiro Tom sobre qual o artigo do Regimento  
544 Interno em que estava se baseando o Conselheiro Gava. Com a palavra Conselheiro  
545 Tom Grandó.

546 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDÓ (Liga Ambiental):- Posso fazer a  
547 leitura do art. 9º? “Qualquer Conselheiro pode pedir vistas do processo apresentando  
548 suas razões durante as discussões e votação que se deliberada por maioria simples do  
549 Plenário determinará o adiamento ou a apreciação da matéria para reunião seguinte.”  
550 Então deve-se corrigir o pleito do senhor Roberto Gava, porque ele então não está  
551 pedindo a retirada de pauta e sim vistas ao processo, desde que aprovado pelo  
552 Plenário, e irá para a reunião imediatamente seguinte.

553 Gostaria de fazer um comentário a respeito de uma política ou de uma postura  
554 que surgiu através do Sr. Roberto Gava representando a FIEP, nos últimos tempos,  
555 quando tivemos o debate sobre unidades de conservação. Valores ( ? ), valores de  
556 serviços ambientais nunca são incluídos como valores da terra para desapropriação  
557 para fins de reforma agrária, para desapropriação para fins de interesse social. Vamos  
558 dizer, você tem um terreno ao redor da cabeceira de uma ponte e assim por diante.  
559 Acho interessante a ideia, mas ao mesmo tempo acho muito assim perigoso que a  
560 gente imponha a possibilidade em questionamento, a cada momento, sobre valores  
561 potenciais que a biodiversidade abrangida por uma determinada propriedade privada  
562 pode obter, porque aí podemos inclusive discutir o potencial das plantas que poderão  
563 vir a ser fonte futura de princípios ativos para medicamentos. Isso é um pleito  
564 perigoso, Gava, no sentido de que até hoje não tivemos como reconhecer  
565 financeiramente serviços ambientais dessas propriedades ou dessas áreas preservadas.  
566 Gostaria de ver esse tipo de pleito, também, quando se fala em reforma agrária.  
567 Recentemente foi desapropriada uma área de floresta no Estado do Paraná para fins  
568 de reforma agrária e o valor que estava imputado àquela área era o valor de mercado  
569 com relação ao potencial de produção daquela área. Mais uma coisa que tem  
570 acontecido, Gava, e você sabe bem disso, no interior de Santa Catarina existem  
571 pleitos no seguinte sentido: ali em cima da minha área existem 9 mil metros cúbicos  
572 de imbuia, quero o valor do metro cúbico da imbuia incluído. Quero o valor do  
573 pinheiro incluído, sabendo-se que a extração pura e simples hoje dessas espécies está  
574 proibida pela Lei. Isso está sendo questionado. É lógico que os valores vão se tornar  
575 proibitivos e vão dilapidar os cofres públicos se permitirmos isso. E até como  
576 cidadãos não podemos admitir essa possibilidade. Então, pelo amor de Deus, sabemos

577 que essa discussão está sendo afunilada exclusivamente em termos de desapropriação  
578 para unidades de conservação, nos outros casos não está acontecendo. Gostaria de ter  
579 visto essa discussão surgiu há 100 anos atrás quando os proprietários privados  
580 entraram na floresta e olharam: - Nosso aquele papagaio que está fazendo ninho no  
581 alto daquela árvore tem um valor que não estou colocando hoje. Não vou derrubar  
582 essa árvore. – Aquela bromélia pode servir para alguma coisa, não vou derrubar com  
583 essa árvore porque vou acabar com a população da bromélia. Quero ver, também, se  
584 as empresas do setor elétrico vão desapropriar esses valores hedônicos, os valores dos  
585 serviços ambientais quando forem afogar 4 milhões e 900 mil árvores na região de  
586 Telêmaco Borba. Quero ver o valor da desapropriação. Com certeza não vão impedir  
587 esse valor, porque vão entrar numa discussão com um ator muito mais poderoso que é  
588 o setor elétrico e aí quero ver até onde vai essa discussão sobre os valores ambientais  
589 daquela área e não o valor venal da terra. Quero só equalizar essa discussão, Gava.  
590 Somos amigos, sei que você tem sensibilidade diante da questão ambiental, mas  
591 temos que ser pragmáticos, absolutamente pragmáticos. Isso que estou apelando para  
592 os demais conselheiros, obrigado.

593 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Não havendo mais  
594 nenhum conselheiro inscrito a Presidência recebe a solicitação de retirada dessa  
595 matéria de pauta e coloca em discussão a retirada. Esclarecendo, naturalmente, que ao  
596 ser suspensa a discussão ela será remetida, automaticamente, para a pauta da próxima  
597 Reunião Ordinária. Corrigindo pelo art. 9º do nosso Regimento Interno a expressão  
598 correta é um pedido de vistas. Em discussão, em votação – os conselheiros que  
599 concordam com o pedido de vistas formulado pelo Conselheiro Gava permaneçam  
600 como estão: 10 Conselheiros contra; favoráveis – 1 voto favorável e uma abstenção.  
601 Então a matéria continua em discussão.

602 A Presidência sugeri dois encaminhamentos para essa discussão. O primeiro  
603 façamos a leitura com o destaque. Mas a Presidência solicita que coloquemos um teto  
604 a essa discussão e vai justificar: se formos fazer a discussão pura e simples dessa  
605 matéria ela não só tomará esta reunião a 64ª, como, possivelmente, a próxima e  
606 outras reuniões. Então gostaria de solicitar aos conselheiros que a presidência pudesse  
607 apresentar um calendário de reuniões extraordinárias do Conselho para a discussão  
608 dessa matéria, especificamente. E de certo, hoje, ela continuaria em pauta e tiraríamos  
609 de pauta das reuniões ordinárias estabelecendo um calendário de reuniões  
610 extraordinárias que contemplasse os meses de janeiro e fevereiro, no máximo. Com  
611 isso concluiríamos essa discussão, com calendário fixo, previamente marcado, de  
612 conhecimento de todos e com um teto para se acabar para não prejudicar as pautas  
613 remanescentes da nossa reunião que será mais uma apenas no dia 19 de dezembro.  
614 Com a palavra o conselheiro Tadeu.

615 O SR. CONSELHEIRO JOSÉ TADEU MOTTA (SJP):- Só mais uma sugestão  
616 de encaminhamento de que colocássemos em votação o texto básico apresentado pela  
617 Câmara Temática. Aprovado esse texto básico colocaríamos na continuação os  
618 destaques.

619 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A Presidência  
620 agradece e concede a palavra ao conselheiro Joel.

621 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK:- ( Fundação Cretã ):- Eu  
622 gostaria de estar votando esse texto pura e simplesmente como ele está, dando o  
623 valor devido à Câmara Temática que trabalhou este pleito.

624 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A Presidência recebe

625 o encaminhamento, mas cooperando com o conselheiro Joel dizer que é direito de  
626 cada conselheiro manifestar sua opinião a respeito da Câmara Temática. Não  
627 podemos simplesmente fazer a votação pura e simples. A não ser que não haja  
628 nenhum destaque. Vamos proceder o encaminhamento de uma votação do texto  
629 básico dessa Câmara Temática do relatório final. Indagaria se os conselheiros querem  
630 abrir uma discussão a respeito da pertinência da votação ou não? Como não houve  
631 manifestação em contrário a presidência está entendendo que todos os conselheiros  
632 consensualmente confirmam. Com a palavra conselheiro Joel.

633 O SR. CONSELHEIRO JOEL CARLOS SARNICK (Fundação Cretã):- Só  
634 para que fique em Ata que se coloque em votação para evitar dúvidas posteriores e  
635 que conste se foi aprovado por unanimidade ou não o texto básico.

636 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- De acordo com o  
637 que a presidência estava encaminhando vamos colocar em votação o texto base deste  
638 Relatório Final da Câmara Temática do CEUC, em votação, os conselheiros que  
639 concordam com o texto base apresentado pela Câmara do CEUC permaneçam como  
640 estão e os contrários se manifestem: uma manifestação em contrário, uma abstenção –  
641 APROVADO o texto base com um voto contrário e uma abstenção. Vamos proceder à  
642 leitura ou destaques do nosso relatório.

643 O SR. CONSELHEIRO LUIZ ANSELMO TOURINHO (FAEP):- Proponho  
644 que aquele que tiver algum destaque já o faça e se faça a votação do destaque, sem  
645 que seja necessária a leitura do texto.

646 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A presidência recebe  
647 a proposta e concede a palavra ao Conselheiro Tom.

648 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Gostaria de anuir  
649 e concordar com a proposta do Conselheiro Tourinho, uma vez que justamente o  
650 envio precedente do texto serviria para que os conselheiros pudessem chegar aqui  
651 com o conhecimento do teor do texto. Assim poderemos vencer a pauta até 18 horas e  
652 não mais postergar a proposta.

653 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A presidência recebe  
654 a proposta de dispensa de leitura do texto base e submete à votação.

655 A SRA. CONSELHEIRA LAURA JESUS M. COSTA (CEDEA):- Minha  
656 proposta é que se diga artigo por artigo e quem tiver proposta, assim não passa batido.  
657 É rapidinho.

658 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Tem mais alguma  
659 questão de encaminhamento com relação a essa matéria. Há uma solicitação de  
660 dispensa de leitura, indaga se há alguma proposição contrária. Não havendo considera  
661 Aprovada a dispensa da leitura do texto base. Recebe a proposta da Conselheira Laura  
662 de fazer a leitura, apenas a nominação dos artigos e coloca em votação. Os  
663 conselheiros que concordam que façamos apenas a indicação dos artigos permaneçam  
664 como estão, os contrários se manifestem: está dispensada a nominação dos artigos. E  
665 vamos às inscrições para que os conselheiros façam seus destaques: conselheiro  
666 Paulo, o Tourinho, o Tadeu, o Gava até o momento foram esses 4 conselheiros  
667 inscritos.

668 A presidência vai solicitar ao Conselheiro Tom Grando que é o relator dessa  
669 Minuta que faça a memória desses destaques. Solicita ao conselheiro Harry que nos  
670 auxilie secretariando, também. Faremos os destaques, abriremos a discussão e em  
671 seguida votaremos. Conselheiro Paulo Pizzi.

672 O SR. CONSELHEIRO PAULO APARECIDO PIZZI (Mater Natura):- Seria

673 no capítulo 2, art. 3º - no inciso onde diz “proteger em âmbito regional as espécies  
674 endêmicas“, daí a inclusão da palavra raras e as ameaçadas de extinção... Ainda no  
675 capítulo 2, página seguinte, onde diz “proteger sítios de natureza geológica,  
676 geomorfológica,...”, sugerir um item que normalmente é esquecido, mas que já  
677 inclusive se encontra em nossa Constituição estadual, então depois de geomorfológica  
678 a palavra espeleológica. Ainda nessa página no § Único é mais uma dúvida. Acho que  
679 é um erro de digitação, não sei se é para suprimir ou vai ser explicado está na terceira  
680 linha, quais são os princípios onde estão descritos. Aparentemente acho que é alguma  
681 coisa que ficou de uma parte anterior. Acho que isso é para suprimir. E minha última  
682 sugestão no art. 19 § 4º, como esse anteprojeto já está em discussão há mais de um  
683 ano e creio que essa discussão aqui já está vencida. Se não me engano agora na  
684 semana do meio ambiente já foi estabelecido um programa estadual de RPPN’s,  
685 através de um Decreto do senhor Governador e do Secretário Cheida. Seria a  
686 supressão ou reestruturação desse parágrafo. É isso. Esse programa agora há existe e  
687 foi criado na Semana do Meio Ambiente. Acho que no caso seria a supressão desse  
688 parágrafo.

689 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A solicitação do  
690 Conselheiro Pizzi é pela supressão e a Conselheira Laura sugeri que seja trocada a  
691 expressão “estabelecerá” por manterá. A presidência indaga se há conselheiros com  
692 proposta diferente? Não havendo submete à apreciação dos conselheiros – estamos  
693 aqui no art. 19 § 4º. A única proposta em apreciação é a substituição da expressão  
694 “estabelecerá” pela expressão “o Estado manterá”. Com a palavra o conselheiro  
695 Paulo.

696 O SR. CONSELHEIRO PAULO APARECIDO PIZZI (Mater Natura):- E as  
697 minhas outras considerações não foram aceitas?

698 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Foram acatadas.  
699 São 4 propostas do Conselheiro Paulo: o primeiro pleito do companheiro Paulo Pizzi  
700 é com relação ao art. 3º capítulo 2º onde se sugeri a inclusão da palavra “raras”,  
701 depois da palavra “endêmicas” no texto do anteprojeto. Acho, Sr. Presidente, que  
702 devemos dar anuência a esse destaque. Mantendo-se a vírgula em endêmicas – vírgula  
703 – raras.

704 **(Obs: Neste momento houve uma lacuna na gravação, portanto, não é possível**  
705 **precisar o tempo dela e nem o que se perdeu de discussão sobre a minuta do**  
706 **anteprojeto)**

707 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- A Presidência  
708 interpreta que o conselheiro Joel sugeri a Conselheira Laura como titular, declinando  
709 de ser o titular e se coloca como suplente. É isso? (Sim!) Então este segundo item de  
710 pauta está vencido. Fica titular a Conselheira Laura e suplente o Conselheiro Joel. O  
711 último item da pauta antes de entrarmos no relato sobre a hidrelétrica. O Fórum  
712 Paranaense de Biodiversidade entre Paulo Pizzi e o Paulo Caramuru. Então o  
713 Conselheiro Paulo Pizzi será o titular e o Paulo Roberto suplente no Fórum  
714 representando o CEMA no Fórum Paranaense de Biodiversidade e Biossegurança.  
715 Com isso vencemos esses itens da pauta e vamos rapidamente nos próximos 5, 10  
716 minutos conceder a palavra ao Conselheiro Tom Grandó para que faça um relato  
717 breve sobre a Usina Hidrelétrica de Mauá.

718 O SR. CONSELHEIRO TOM GRANDO (Liga Ambiental):- Conselheiros  
719 trago, na verdade, uma preocupação que já foi externada por várias vezes diretamente  
720 ao Secretário de Estado e Meio Ambiente que nos preside aqui, no Conselho,

721 agradeço a atenção dos demais conselheiros. Mas este é um assunto que está pulsando  
722 e que atinge não só a sociedade paranaense como já começa a arranhar, seriamente,  
723 este governo. Explico por quê? Nós temos uma determinação ou uma vontade política  
724 expressa em se colocar adiante licenciamentos de grandes centrais hidrelétricas no  
725 Rio Tibagi. Dia 16 temos arrolados entre os empreendimentos a serem leiloados pela  
726 Agência Nacional de Energia Elétrica o empreendimento da UH Mauá. Os senhores  
727 devem ter tido algum contato com a nossa luta, com o nosso questionamento com  
728 relação a esse empreendimento que não são, esses questionamentos, não são só de  
729 cunho de biodiversidade, mas eles refletem questões relacionadas à monopolização  
730 do uso da água, monopolização do uso do solo, impactos sociais, antropológicos,  
731 históricos muito importantes que poderão acontecer com relação à Bacia do Rio  
732 Tibagi. Apelo aqui aos representantes governamentais por uma luta que pode se  
733 arrastar por anos e vai se arrastar. A Liga Ambiental não vai ceder um milímetro no  
734 que diz respeito ao cumprimento da Lei do Sistema Nacional e Estadual de Recursos  
735 Hídricos, do resgate da ideia do zoneamento ecológico econômico da avaliação  
736 ambiental estratégica, que não são pleitos nossos, são, sim, uma determinação do IAP  
737 e da própria Secretaria de Estado e Meio Ambiente. Como também do cumprimento  
738 do resgate da qualidade dos licenciamentos ambientais uma vez que o Estudo de  
739 Impacto Ambiental que está apresentado ao IAP é, manifestamente, deficiente. Isso já  
740 manifestado não pela Liga Ambiental que apresentou 49 quesitos e não foram  
741 respondidos ainda pelo Ministério Público Estadual, pela Universidade Estadual de  
742 Londrina e Universidade Estadual de Maringá. Então, senhores, isso diz respeito  
743 também a outros licenciamentos de grandes barragens que estão acontecendo no  
744 Estado do Paraná e alguns deles não estão sob a competência do IAP e sim do  
745 IBAMA, como é o caso de Tijucu Alto. Temos, também, a questão do Baixo Iguaçu e  
746 do Rio Chopim que devem ser vistos com a devida ressalva. Estou falando aqui da  
747 questão do Tibagi, exclusivamente, não porque me afeta pessoalmente a questão do  
748 Rio Tibagi, mas porque ele é a bola da vez do setor elétrico. Os agricultores, as  
749 indústrias, a sociedade civil, o órgão ambiental devem se debruçar sobre essa questão.  
750 É apropriação e monopolização de água e de solo, e monopolização das decisões.  
751 Secretário, eu posso imaginar os constrangimentos que o senhor está sofrendo por um  
752 ato, por pressão da sociedade civil, por pressão das universidades, do Ministério  
753 Público e por outras instituições com relação a esse empreendimento. Faço um apelo  
754 para que apresentemos uma Moção e solicito que ela seja votada, para que esse  
755 licenciamento ocorra só após o cumprimento de todos os dispositivos legais já aqui  
756 mencionados, como também, obediência do Sistema Estadual de Recursos Hídricos  
757 onde o Comitê de Bacias deveria ser ouvido e não está sendo ouvido e o Conselho  
758 Estadual de Recursos Hídricos deveria ser ouvido e não está sendo ouvido. Já temos  
759 quatro ações civis públicas tramitando e vamos jogar mais quatro, mais oito, quantas  
760 forem necessárias e não quero fazer isso uma guerra civil contra o Governo do Estado  
761 do Paraná. Porque sei que o Governo do Estado do Paraná tem clareza dos impactos  
762 sociais e ambientais decorrentes desses empreendimentos, Secretário. O próprio  
763 governador deve ter essa clareza, mas sei que estamos num momento de muito  
764 constrangimento. Não podemos negociar com a faca no pescoço como está  
765 acontecendo – o Setor Elétrico e o Ministério de Minas e Energia não nos dá outra  
766 opção. Temos aqui um dossiê e tirei hoje do site da Liga Ambiental, estão aqui 14 dos  
767 31 documentos que já estão em propriedade da Liga Ambiental que indicam que esse  
768 procedimento deveria ter sido alterado no âmbito do Instituto Ambiental do Paraná. E

769 aqui aproveito a presença do Harry Teles que está diante desse conflito, para que ele e  
770 os outros membros do Departamento de Licenciamento Estratégico façam uso desses  
771 documentos, porque, se não fizerem, inevitavelmente nós vamos fazer em nossos  
772 pleitos futuros. Isso não é uma ameaça de maneira alguma, não temos essa pretensão,  
773 é uma tentativa de contribuição. Estamos tentando é a coerência da política, das  
774 decisões da esfera administrativa com as leis, com o consenso científico e o  
775 conhecimento técnico que existe sobre a Bacia do Rio Tibagi. Vou passar esse  
776 pequeno dossiê e existem muitos outros documentos e gostaríamos muito de ver  
777 nosso querido governador, bem ao seu estilo e dar um soco na mesa nessa questão e  
778 falar: - Bom, aqui no Paraná quem manda é o Governo do Estado e nos rios do Paraná  
779 se cumpre a Lei e se cumpre os preceitos de planejamento estratégico. Se aceitarmos  
780 o projeto como está ou seja como ele tem sido sugerido com relação à redução da cota  
781 da altura, estaremos dando um salto no escuro. A Bacia do Rio Tibagi tem naquele  
782 local o seu pulmão: vamos perder qualidade de água, vamos perder patrimônio  
783 antropológico, biodiversidade e perder até a imagem, vamos arranhar seriamente a  
784 imagem deste Governo. Este é o último apelo que faço, porque hoje é o dia fatídico  
785 para se apresentar a Licença Prévia e por força de uma Portaria do Ministério de  
786 Minas e Energia, esse prazo foi dilatado para até dois dias antes do leilão. Claro que  
787 isso já é um reflexo de toda a luta, de todo o embate, de todo o conflito que está  
788 surgindo com relação a esses empreendimentos.

789 Vou passar esses documentos e gostaria que, oportunamente, vocês visitassem  
790 o site da Liga Ambiental que tem procurado, como nunca, pautar suas ações e sua  
791 relação com o órgão ambiental, com a Secretaria de Estado e com o Governo de uma  
792 maneira absolutamente franca, mas, com fidelidade. Reconhecemos que existe  
793 conflito, mas esperamos uma atitude mais severa. O que estamos vendo até agora é  
794 uma espécie de operação tapa buraco: vamos emendar aqui, remendar aqui.  
795 Precisamos planejar o uso dos nossos recursos naturais. Não podemos pegar  
796 inventários que foram feitos na década de 60, 70 e 80 e colocá-los em prática hoje,  
797 atropelando todo o sistema, os Conselhos, os interesses sociais.  
798 Obrigado e desculpe se me estendi. Agradeço a atenção de todos e apelo pela  
799 intercessão de todos os presentes. Obrigado.

800 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra a  
801 Conselheira Laura.

802 A SRA. CONSELHEIRA LAURA JESUS M. COSTA (CEDEA):- Secretário e  
803 Conselheiros, o Tom tocou na questão de Tijuco Alto e quero reforça um pouco essa  
804 questão, colocando um pouco da história de luta que a gente vem tendo contra o  
805 Tijuco Alto. Estava lembrando, a I Conferência Estadual de Saúde, a única Moção  
806 aprovada foi a Moção contra a Usina de Tijuco Alto isso em 1991. Na verdade é um  
807 empreendimento particular do Sr. Antônio Ermírio de Moraes para jogar energia no  
808 mercado e não traz nenhum benefício para a região do Vale do Ribeira. Inclusive há  
809 uma grande contradição entre os projetos de agricultura familiar, de desenvolvimento  
810 sustentável e de autossustentabilidade regional e local. Essa usina ela reverte esse  
811 processo que está sendo criado, ela já traz, só a mensagem da usina já trouxe um  
812 impacto socioambiental no município de Cerro Azul e Adrianópolis. Mas esse  
813 impacto socioambiental ainda vai continuar porque ele cada vez se intensifica mais.  
814 Lembrando, também, que no Encontro Nacional da Mata Atlântica foi aprovado uma  
815 Moção contra a Usina de Tijuco Alto, no Seminário Internacional das Águas aqui em  
816 Curitiba foi aprovado outra Moção contra o Tijuco Alto, na Conferência Regional de

817 Meio Ambiente de Curitiba, Região Metropolitana, Vale do Ribeira e Litoral dia 11 de  
818 novembro foi aprovado Moção contra Tijucu Alto. No dia 22 de novembro fizemos  
819 um debate no Plenarinho da Assembleia e as pessoas que estavam ali assinaram  
820 também a Moção contra a Usina de Tijucu Alto e na Conferência Estadual de Saúde  
821 agora em Foz do Iguaçu eles nem precisava falar que eles já queriam assinar. Porque  
822 o impacto de Itaipu ainda é muito forte nas comunidades da região. O Paraná exporta  
823 70% da energia que produz, menos de 30% ele aproveita. Não se justifica fazer uma  
824 usina em Capanema, para quê? O Paraná não precisa de energia, isso não é  
825 sustentabilidade, isso vai afetar o Parque Nacional do Iguaçu. Para que fazer uma  
826 Usina em Tijucu Alto se o Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira nunca  
827 colocou como uma necessidade essa Usina? Nem em Cerro Azul, em Cerro Azul acho  
828 que 70% da população não quer a usina. Agora porque existe uma articulação de  
829 cúpula de administradores com empresários que vai ter que aceitar? Não é assim, não  
830 é assim que se faz gestão participativa.

831 Levamos isso, também, para a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador,  
832 tivemos assinatura de 138 pessoas na Moção dos Delegados presentes e temos  
833 participado do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Estivemos num Seminário em  
834 Brasília agora e também colocamos isso pedindo o apoio do pessoal. E, no final,  
835 várias pessoas vieram falar conosco se solidarizando.

836 Então acho que embora seja um processo que vai ser licenciado pelo IBAMA,  
837 a SEMA e o IAP já participaram. Inclusive em 93 a Audiência Pública que houve em  
838 Cerro Azul foi a SEMA que convocou, foi uma Audiência Pública fraudulenta, o  
839 senhor Antônio Ermírio de Moraes lotou 22 ônibus em Sorocaba e levou para a  
840 Audiência Pública, deixando de lado a população local que seria atingida. Falta  
841 seriedade nesses processos, falta sensibilidade para com a comunidade local, ver o  
842 que realmente interessa para o desenvolvimento regional e local do Estado, do  
843 município. E aí a gente entra em discussão de política energética, matriz energética. O  
844 Estado do Paraná hoje não tem carência de novas hidrelétricas, então não justifica  
845 novas hidrelétricas no Estado! Temos política de preservação da biodiversidade, de  
846 mata ciliar e queremos que isso seja potencializado com outras políticas e não  
847 desarticular ou desmerecer. Era isso.

848 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Laura esta  
849 presidência agradece. Só vai colocar uma questão: o término da reunião já estourou e  
850 nosso quorum já acabou. Com a palavra o conselheiro Sérgio.

851 O SR. CONSELHEIRO SÉRGIO LIMA (Fetepar):- Minha palavra vem de  
852 encontro às colocações do companheiro Tom Grando, até estou emocionado, e não  
853 querendo colocar essa presidência em xeque ou coisa parecida, propor uma reunião  
854 extraordinária para debater o assunto e deliberar sobre o assunto até porque as  
855 consequências após o feito serão nefastas e irreversíveis. Era isso, obrigado.

856 O SR. PRESIDENTE (Secretário Luiz Eduardo Cheida):- Esta presidência agradece o  
857 Conselheiro Sérgio mas, informo, que não temos quorum para deliberar. Agradecendo  
858 a presença de todos encerramos esta reunião e marcamos já uma reunião para o dia 19  
859 de dezembro, a última reunião ordinária deste Conselho do ano. Obrigado.

860 Está encerrada a 64ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio  
861 Ambiente – CEMA.

862 (Reunião de gravada e transcrita por Maria Elisa Rebello – Taquígrafa da Assembleia  
863 Legislativa do Paraná)